


A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NÃO É FREIRIANA, É DEWEYANA: AS RAÍZES DA ESCOLA NOVA E O PRAGMATISMO NA FORMAÇÃO DO ENSINO NACIONAL (1920-1964)

Brazilian Education is not Freirean, it is Deweyan: the roots of the new school movement and pragmatism in the formation of national education (1920-1964)

Arnaldo Ricardo do Nascimento 

Especialista em Metodologia da Pesquisa Científica na Universidade Estadual do Ceará – Uece. Bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (2003). Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2009).
E-mail: ricardo.nascimento@uece.br

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 5 n. 1, 2026.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 28/11/2025

Aprovado em: 19/06/2026

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20801612>

Resumo

Este artigo propõe uma análise crítica da matriz filosófica predominante na educação brasileira no período que antecede o Golpe de 1964. Argumenta-se que, contrariamente à percepção comum que eleva Paulo Freire à condição de principal fundamento pedagógico do Brasil, a estrutura e o espírito do sistema educacional moderno foram forjados principalmente sob a influência da pedagogia pragmática de John Dewey e do movimento da Escola Nova. Através de uma revisão histórica e bibliográfica, o texto traça a chegada e institucionalização dessas ideias por meio de figuras como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, demonstrando como elas moldaram a legislação, a formação de professores e a organização escolar. Conclui-se que Paulo Freire, longe de ser um ponto de ruptura, representa uma radicalização político-crítica das premissas deweyanas já existentes, e que o legado pragmático desta última permanece como base estrutural da educação nacional, frequentemente em tensão com o ideal freiriano.

Palavras - chave: Educação Brasileira; John Dewey; Escola Nova; Paulo Freire.

Abstract

This article proposes a critical analysis of the predominant philosophical matrix in Brazilian education in the period preceding the 1964 Coup. It argues that contrary to the common perception that elevates Paulo Freire to the status of Brazil's main pedagogical foundation, the structure and spirit of the modern educational system were forged primarily under the influence of John Dewey's pragmatic pedagogy and the New School movement. Through a historical and bibliographic review, the text traces the arrival and institutionalization of these ideas through figures such as Anísio Teixeira, Lourenço Filho, and Fernando de Azevedo, demonstrating how they shaped legislation, teacher training, and school organization. It concludes that Paulo Freire, far from being a breaking point, represents a political-critical radicalization of the existing Deweyan premises, and that the pragmatic legacy of the latter remains as the structural basis of national education, often in tension with the Freirean ideal.

Keywords: Brazilian Education; John Dewey; New School; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Paulo Freire é, inquestionavelmente, o educador brasileiro mais célebre no mundo e um ícone nacional. Sua pedagogia crítica, centrada na conscientização, no diálogo e na leitura do mundo como ato político, é frequentemente invocada como o modelo ideal e a verdadeira essência do que a educação no Brasil deveria ser. Sua elevação à condição de Patrono da Educação Brasileira em 2012 consagrou esse lugar de destaque. No entanto, esse reconhecimento, muitas vezes obscurece uma realidade histórica e estrutural mais complexa: a matriz filosófica que realmente moldou a arquitetura do sistema educacional brasileiro moderno, especialmente desde as reformas da Primeira República até o Golpe Civil-Militar de 1964, não é a pedagogia libertadora de Freire, mas sim a pedagogia progressista e pragmática do filósofo norte-americano John Dewey.

A escola é, assim, uma instituição social. A educação é um processo social. [...] A escola, portanto, é uma forma de vida em comunidade na qual todas essas agências são concentradas, e que permitirá à criança, de modo gradual, participar dos recursos herdados da raça e usar suas próprias capacidades para fins sociais. (DEWEY, 1979, p. 18).

Como argumentam Saviani (2007) e Romanelli (2010), o ideário da Escola Nova, com sua ênfase na escola ativa, na democratização do ensino e na eficiência social, penetrou profundamente nas reformas estaduais e federais, na formação de professores e na organização curricular, constituindo-se como a hegemonia pedagógica do período.

Este artigo defende a tese de que a educação brasileira, em suas bases fundantes, é deweyana. O movimento da Escola Nova, inspirado direta-

te nas ideias de Dewey, foi o grande reformador do ensino no país, influenciando gerações de educadores, a legislação educacional e a própria organização das escolas. Figuras como Anísio Teixeira, discípulo direto de Dewey, atuaram como verdadeiros “missionários” desse ideário, traduzindo-o e adaptando-o ao contexto brasileiro. Paulo Freire, por sua vez, emerge neste cenário não como um fundador isolado, mas como um pensador profundamente influenciado por essa tradição já consolidada. Ele a absorve, critica e radicaliza, infundindo-a com uma consciência de classe e um projeto explícito de libertação que vai além do pragmatismo democrático deweyano. Compreender essa genealogia é essencial para desvendar as contradições, desafios e a própria identidade da educação brasileira contemporânea.

METODOLOGIA

O presente artigo constitui-se como uma pesquisa bibliográfica e histórico-analítica, de abordagem qualitativa. O objetivo foi analisar a matriz filosófica predominante na educação brasileira entre 1920 e 1964, confrontando a influência do pragmatismo de John Dewey e do Movimento da Escola Nova com a posterior canonização de Paulo Freire. O recorte temporal justifica-se por abranger desde o auge das reformas educacionais inspiradas na Escola Nova até o Golpe Civil-Militar de 1964, que interrompeu esse projeto. A escolha do referencial teórico recaiu sobre as obras fundamentais de John Dewey (especialmente *Democracia e Educação*), de Anísio Teixeira (como principal intérprete e aplicador de Dewey no Brasil) e de Paulo Freire (como contraponto crítico e herdeiro radicalizado), além de historiadores da educação bra-

sileira como Dermeval Saviani, Otaíza Romanelli e Paulo Ghiraldelli Jr. A análise seguiu os procedimentos da história das ideias pedagógicas, buscando identificar permanências, rupturas e tensões entre o discurso oficial, a prática institucional e o pensamento educacional.

O contexto de uma nação em (re) construção: a república e a busca por um modelo educacional

Para entender a receptividade das ideias de Dewey, é crucial situar o Brasil das primeiras décadas do século XX. A recém-proclamada República (1889) herdou um país agrário, analfabeto e profundamente desigual. A educação era privilégio de uma elite, com um método de ensino arcaico, baseado na memorização, na repetição e na severa disciplina, herança do modelo jesuítico e depois imperial.

A elite intelectual e política republicana, impregnada pelo ideal positivista de “Ordem e Progresso”, via na educação o instrumento primordial para modernizar a nação, integrá-la à economia capitalista internacional e forjar uma identidade nacional única. Era necessário criar um cidadão novo para uma República nova. O ensino tradicional, considerado ineficiente e obsoleto, era um obstáculo a ser superado. O Brasil olhou para o exterior em busca de modelos, e os Estados Unidos emergiam como a grande potência moderna, cujo sistema educacional público e pragmático era visto como um dos pilares de seu sucesso. Foi neste fértil terreno de ansiedades e esperanças modernizadoras que a semente da Escola Nova, e particularmente do pensamento de John Dewey, encontrou condições ideais para germinar. (FERRARI, 2008)

John Dewey e a pedagogia do “Learning by Doing”

A filosofia educacional de John Dewey (1859-1952) representou uma revolução copernicana na pedagogia. Em oposição ao modelo tradicional “centrado no professor” e no conteúdo, Dewey propôs uma educação “centrada no aluno”. Seu pensamento pode ser sintetizado em alguns pilares centrais :

- *Educação como Vida, não como Preparação para a Vida*: A escola não deve ser uma preparação remota para a vida futura, mas sim a própria vida em sua forma mais rica e organizada. Ela deve refletir e integrar-se à comunidade (FERRARI, 2008, s.p.).
- *O “Learning by Doing” (Aprender Fazendo)*: O conhecimento não é uma entidade abstrata a ser transmitida, mas resulta da experiência ativa do aluno com o mundo. A atividade prática, a investigação, a solução de problemas concretos e os projetos são o cerne do processo de aprendizagem (SCHMIDT, 2009, p.138).
- *Escola Democrática*: A escola é uma micro-sociedade democrática. É nela que o aluno deve aprender, na prática, os valores da cooperação, do diálogo, do respeito mútuo e da responsabilidade social, tornando-se um cidadão capacitado para a vida em uma democracia.
- *Pragmatismo*: A verdade de uma ideia está em sua utilidade prática, em sua consequência para a solução de problemas. O currículo deve, portanto, ser relevante para os interesses e necessidades dos alunos e da sociedade.

O único caminho pelo qual os adultos têm uma ideia do que a criança está pronta para realizar em qualquer momento é por observarem o que ela começa espontaneamente a fazer. Não há, portanto, nenhum mistério maior do que o seu constante apelo ao que a criança já possui em seu próprio ser como critério e regulador do conteúdo e do método do ensino. (DEWEY, 1979, p. 132).

O *pragmatismo democrático de John Dewey* é a espinha dorsal de sua filosofia e representa uma fusão profunda entre sua teoria do conhecimento (pragmatismo) e sua teoria política (democracia).

Para Dewey, democracia não era apenas uma forma de governo, e educação não era apenas uma preparação para a vida. Eram dois lados da mesma moeda.

O *pragmatismo democrático de Dewey* é a crença de que uma sociedade verdadeiramente democrática depende de cidadãos que saibam usar a inteligência prática (o pragmatismo) para investigar, debater e resolver cooperativamente os problemas da comunidade.

Esse pragmatismo, focado na eficiência, na funcionalidade e na adaptação do indivíduo ao meio social, cativou as elites brasileiras desejosas de “racionalizar” e “modernizar” o país.

A filosofia da Escola Nova veio dar respostas às necessidades liberais que surgiam no país para a Educação, as reformas de base, ideias liberais que depois foram trocadas por ideias comunistas, conforme a narrativa do regime instaurado em 1964, que serviu de pretexto para reprimir as mudanças propostas pelos pensadores da Educação no país. Assim, até mesmo as propostas de uma educação liberal, nos moldes do capitalismo norte-americano, foram repudiadas pela burguesia brasileira após o golpe civil-militar de tipo fascista, apoiado pelos EUA. Como demonstra Ghiraldelli Jr. (2006, p.26), o projeto democrático da Escola Nova, por

seu potencial crítico, foi também alvo da repressão, sendo sua vertente mais radical, representada por Freire, duramente perseguida.

O movimento da Escola Nova no Brasil: dos manifestos à institucionalização

Gênese e fundamentos de um ideal renovador

O Movimento da Escola Nova emergiu no cenário educacional brasileiro como a principal expressão de um projeto modernizador que buscava superar o arcabouço pedagógico tradicional. Inspirado no pragmatismo democrático de John Dewey, o movimento representava uma profunda transformação na concepção de educação, sociedade e cidadania (CUNHA, 2001; SAVIANI, 2007).

Seus fundamentos giravam em torno de um eixo central: a transferência do foco do processo educacional *do professor para o aluno*. Dessa premissa, derivavam os princípios norteadores que Romanelli (2010, p. 158) sintetiza como a defesa de “uma escola única, pública, laica, gratuita e obrigatória”.

A filosofia da Escola Nova veio dar respostas às necessidades liberais que surgiam no país para a Educação, as reformas de base, ideias liberais que depois foram trocadas por ideias comunistas, conforme a narrativa do regime instaurado em 1964, que serviu de pretexto para reprimir as mudanças propostas pelos pensadores da Educação no país. Assim, até mesmo as propostas de uma educação liberal, nos moldes do capitalismo norte-americano, foram repudiadas pela burguesia brasileira após o golpe civil-militar de tipo fascista, apoiado pelos EUA. Como demonstra Ghiraldelli Jr. (2006, p.26), o projeto democrático da Escola Nova, por seu potencial crítico, foi também alvo da repressão, sendo sua vertente mais radical, representada por Freire, duramente perseguida.

Tabela 1. Comparativo entre Educação Tradicional e Escola Nova

<i>Dimensão</i>	<i>Educação Tradicional</i>	<i>Escola Nova</i>
<i>Foco</i>	Professor e conteúdo	Aluno e processo
<i>Método</i>	Expositivo, memorização	Ativo, "learning by doing"
<i>Papel do Aluno</i>	Passivo, receptor	Ativo, investigador
<i>Papel do Professor</i>	Transmissor de conhecimento	Mediador, facilitador
<i>Avaliação</i>	Quantitativa, punitiva	Qualitativa, formativa
<i>Organização</i>	Série, disciplina estanque	Grupos, interdisciplinar
<i>Objetivo</i>	Formar para o mercado	Formar para a democracia

Fonte: Elaborado pelo autor

A voz dos pioneiros: o manifesto de 1932

A consolidação do ideário da Escola Nova no Brasil materializou-se com a publicação do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, em 1932. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 26 proeminentes educadores, o documento constitui-se como um marco divisor de águas, uma “carta de fundação” do pensamento educacional moderno no país (NUNES, 2000). O Manifesto era uma crítica contundente ao ensino individualista e literário do passado e uma defesa intransigente de um sistema nacional de educação.

A missão brasileira de Dewey: os pioneiros da Escola Nova

A disseminação das ideias deweyanas no Brasil não foi um processo abstrato, mas foi encarnada por um grupo de intelectuais brilhantes e determinados, os chamados “Pioneiros da Educação Nova”.

- *Defendem:* Com veemência, a educação pública, gratuita, laica e obrigatória como dever do Estado e direito de todos. Seus princípios pedagógicos são puro Dewey: a escola ativa, o interesse do aluno como motor da aprendizagem, a educação como instrumento de reforma social e democracia. (FERRARI, 2008, s.p.)

- *O discípulo fiel:* Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) é, sem dúvida, o principal vetor de Dewey no Brasil. Como Diretor-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro) na década de 1930, ele pôs em prática suas ideias de forma ousada. Criou um sistema escolar integrado, desde a escola primária até a universidade, inspirado no modelo norte-americano. Suas realizações mais emblemáticas, como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque) em Salvador, na década de 1950.

Outros signatários do Manifesto também foram cruciais. Lourenço Filho, com seus testes de inteligência e sua defesa de uma pedagogia baseada em ciência, refletia a face mais “tecnicista” e psicológica do pragmatismo. Fernando de Azevedo, com sua vasta obra historiográfica e reformas no ensino paulista, foi um grande organizador e divulgador das novas ideias.

A institucionalização do ideário: legislação e formação de professores

A influência da Escola Nova transcendeu o campo das ideias e se concretizou na estrutura do Estado. A Reforma Francisco Campos (1930), que

criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, já trazia em seu bojo o espírito renovador. As Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946), conhecidas como “Reformas Capanema”, embora com um viés mais conservador e classificatório, incorporaram elementos do pragmatismo, especialmente na valorização do ensino técnico e profissionalizante, visto como forma de preparar mão de obra para a indústria nascente.

As escolas-laboratório anexas a esses institutos serviam para treinar futuros professores nos métodos ativos. Gerações de educadores foram formadas aprendendo que o aluno deve ser “ativo”, que a aula deve ser “dinâmica” e que se deve “partir do interesse da criança” – jargões que são, em última análise, ecos distantes da filosofia de Dewey.

Os implementadores: Anísio Teixeira e os deweyanos brasileiros

A tradução e implementação prática desses ideários foram encabeçadas por uma geração de educadores-atores, sendo *Anísio Teixeira* a figura de

maior destaque. Como discípulo direto de John Dewey, Teixeira atuou como o principal vetor de difusão do pragmatismo democrático. Suas realizações à frente da Diretoria-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, nos anos 1930, e a criação do *Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque)*, em Salvador, na década de 1950, foram tentativas audaciosas de materializar uma escola integral, comunitária e baseada no “aprender fazendo” (LIMA, 2017). “A escola não é uma preparação para a vida. A escola é a vida. Deve interessar-se não pelo que o homem sabe, mas pelo que ele é.” (TEIXEIRA, 1957, p. 89).

Paralelamente, outros signatários do Manifesto também foram cruciais. *Lourenço Filho* trouxe uma perspectiva mais psicológica e técnica, com a introdução de testes psicométricos e a defesa de uma pedagogia científica. *Fernando de Azevedo*, por sua vez, foi um grande organizador e historiador, cuja obra e atuação na reforma do ensino em São Paulo foram fundamentais para a institucionalização das novas ideias.

Tabela 2. Principais expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil

<i>Educador</i>	<i>Contribuição Principal</i>	<i>Obra/Realização Representativa</i>
<i>Anísio Teixeira</i>	Principal divulgador de Dewey	Escola Parque (Salvador)
<i>Fernando de Azevedo</i>	Redator do Manifesto de 1932	Reforma do Ensino em São Paulo
<i>Lourenço Filho</i>	Introdução da psicologia educacional	Testes de inteligência

Fonte: Elaborado pelo autor

O movimento da Escola Nova no Brasil: dos manifestos à institucionalização de um projeto democrático.

Gênese e fundamentos de um ideal renovador

O Movimento da Escola Nova emergiu no cenário educacional brasileiro como a principal ex-

pressão de um projeto modernizador que buscava superar o arcabouço pedagógico tradicional. Inspirado no pragmatismo democrático de John Dewey, o movimento representava uma profunda transformação na concepção de educação, sociedade e cidadania (CUNHA, 2001; SAVIANI, 2007).

Seus fundamentos giravam em torno de um eixo central: a transferência do foco do processo

educacional *do professor para o aluno*. Dessa premissa, derivavam os princípios norteadores que Romanelli (2010, p. 158) sintetiza como a defesa de “uma escola única, pública, laica, gratuita e obrigatória”, orientada por pilares como o “Aprender Fazendo”, a Escola como Micro-Sociedade Democrática, a Educação como Vida (não preparação para a vida) e o Respeito aos Interesses e ao Ritmo Individual do Aluno.

A institucionalização do ideário e suas contradições

O sucesso do Movimento da Escola Nova pode ser aferido por sua capacidade de influenciar a estrutura do Estado e a legislação educacional. A Reforma Francisco Campos (1930), que criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, já carregava o espírito renovador. Posteriormente, as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946), conhecidas como Reformas Capanema, incorporaram elementos do pragmatismo, notadamente na valorização do ensino profissionalizante (GHIRALDELLI JR., 2006, p.92).

A formação de professores também foi reconfigurada pelos ideais da Escola Nova. Os Institutos de Educação, modelados a partir das *Teachers Colleges* norte-americanas, tornaram-se os locus privilegiados de difusão da nova pedagogia. Neles, futuros docentes eram treinados nos métodos ativos, internalizando a linguagem da “escola ativa” e do “interesse da criança” (SAVIANI, 2007, pp. 38-75).

Paulo Freire: o deweyano radicalizado

É neste contexto de hegemonia da Escola Nova que emerge a figura de Paulo Freire (1921-1997). Sua formação como educador, na década de 1950 e início de 1960, deu-se imersa nesse ambiente intelectual. Freire bebeu diretamente da fonte deweyana, mas também de outras correntes, como o existencialismo cristão, a fenomenologia e, posteriormente,

a teoria crítica e o marxismo. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. (FREIRE, 1967, p. 71).

A genialidade de Freire foi realizar uma síntese crítica e radical das premissas deweyanas. Ele aceita o fundamento dialógico e anti-“bancário” da educação (a rejeição ao professor como único detentor do conhecimento que “deposita” informações no aluno). No entanto, ele leva essa premissa às suas últimas consequências políticas:

- *De “Problema Prático” a “Situação-Limite”*: Enquanto Dewey via a educação como solução para problemas práticos da comunidade, Freire identifica o “problema fundamental” como a opressão. A “situação indeterminada” deweyana se transforma na “situação-limite” freiriana, que precisa ser superada por uma “ação cultural para a liberdade”.
- *Do Pragmatismo à Conscientização*: O objetivo da educação deixa de ser a adaptação eficiente à democracia e torna-se a *conscientização*. Isto é, o processo pelo qual os oprimidos tomam consciência das estruturas sociais que os oprimem e se reconhecem como sujeitos capazes de transformar a realidade.
- *Da Democracia à Libertação*: O horizonte final não é mais a integração em uma democracia liberal, mas a libertação das amarras de classe e a construção de um projeto político de transformação social radical.

Portanto, Freire não refuta Dewey; ele o politiza explicitamente. Ele transforma a pedagogia centrada no aluno em uma pedagogia centrada no oprimido. Ele é, assim, o herdeiro crítico e mais radical da tradição da Escola Nova.

Entre o liberalismo e a repressão: a Escola Nova como vítima da guerra fria brasileira

O projeto liberal-modernizador e sua radicalização

A filosofia da Escola Nova, quando analisada em sua gênese, configurava-se como um projeto claramente alinhado aos interesses liberais e modernizadores que ganhavam força no Brasil a partir da década de 1920. Seus ideais de autonomia do educando, desenvolvimento do pensamento crítico e eficiência pedagógica atendiam às demandas de uma burguesia industrial emergente.

O paradoxo histórico da Escola Nova residia no fato de que seus métodos pedagógicos, embora concebidos dentro de um marco liberal, continham um potencial emancipatório que podia transcender seus objetivos originais. Como observa Romanelli (2010, p. 142), “educação nova surgia como instrumento de racionalização da sociedade, adequando-se perfeitamente aos anseios modernizantes das elites urbanas”.

Esta célebre afirmação de Anísio Teixeira encapsula o espírito do movimento: uma educação que se pretendia mais humana e democrática, mas que também respondia à necessidade de formar indivíduos adaptados aos novos tempos. A pedagogia deweyana, com seu pragmatismo e foco na resolução de problemas, oferecia as ferramentas ideais para criar o “homem novo” que a República almejava.

A Escola Nova ao incentivar o debate, o pensamento crítico e a participação ativa, o movimento criava as condições para que educandos e educadores questionassem não apenas métodos de ensino arcaicos, mas as próprias estruturas sociais e econômicas da nação.

Como analisa Saviani (2007, p. 315), “O método ativo, ao conferir centralidade à experiência do educando, carregava em si uma dinâmica difícil de controlar”. Essa dinâmica tornou-se particularmente perigosa quando, no contexto das “Reformas de Base”

do governo João Goulart (7 de setembro de 1961 a 1º de abril de 1964), as propostas educacionais começaram a articular-se com demandas mais amplas por transformação social. A educação deixava de ser apenas instrumento de modernização capitalista para tornar-se potencial ferramenta de conscientização política.

O golpe de 1964: a repressão aos dois projetos

O movimento militar de 1964, implementado com apoio ativo dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, operou uma simplificação brutal do espectro político-ideológico. No campo educacional, esta simplificação manifestou-se na equiparação entre qualquer proposta de mudança - fosse ela liberal-democrática ou socialista - e a “subversão comunista”.

O regime tratou com igual hostilidade tanto o liberalismo democrático de Anísio Teixeira quanto o socialismo cristão de Paulo Freire. Como demonstra a pesquisa de Cunha (2001, p. 31), “A tomada do poder no Brasil em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, veiculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos.

A ditadura militar não representou apenas a interrupção de um projeto educacional específico, mas o fim do próprio debate pedagógico como espaço de disputa de ideias. O regime substituiu as propostas da Escola Nova por um modelo tecnicista que, paradoxalmente, apropriou-se de forma distorcida e despolitizada do “aprender fazendo” deweyano, transformando-o em treinamento eficiente para o mercado de trabalho.

Paulo Freire, por sua vez, tornou-se um alvo imediato. Seu método de alfabetização, aplicado em Angicos (RN) e entendido como subversivo, levou-o à prisão e, posteriormente, ao exílio por 15 anos. Suas obras foram proibidas no país.

O regime militar implantou, a partir da década de 1970, uma reforma educacional de caráter tecnicista, inspirada nas teorias da administração empresarial e na pedagogia por objetivos. Paradoxalmente, esse modelo apropriou-se de forma distorcida e despolitizada do “aprender fazendo” deweyano, esvaziando-o completamente de seu conteúdo democrático e comunitário, transformando-o em um treinamento eficiente de mão de obra para o “milagre econômico”.

A educação brasileira perdeu, assim, a oportunidade de desenvolver sua própria síntese entre o liberalismo pedagógico e as demandas por justiça social. O legado deste período é a cisão artificial entre “qualidade” e “equidade”, entre “eficiência” e “democracia”, que ainda hoje marca nossos debates educacionais. Como conclui Ghiraldelli Jr. (2006, p. 112), “[...] os militares, paulatinamente, se desgarraram das forças sociais civis que proporcionaram o golpe de 1964 e passaram a governar o país através de uma tecnoburocracia que, em certos momentos, não satisfazia interesses de nenhum setor social.”

O legado permanente: a educação brasileira contemporânea entre Dewey e Freire

Com a redemocratização, a partir da década de 1980, o pensamento de Paulo Freire foi resgatado

e canonizado. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (LDB, 1996), incorporaram princípios freirianos (Gadotti, 2008, p.78).

No entanto, na prática cotidiana das redes de ensino, a realidade é mais complexa. A estrutura profunda do sistema educacional brasileiro ainda carrega o DNA deweyano em sua versão mais tecnocrática. (BRASIL, 2013, p.174)

- *Organização Curricular:* A fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques e a organização seriada são heranças do modelo que a Escola Nova combateu, mas que persistem.
- *Formação de Professores:* A priorização de técnicas e métodos em detrimento da fundamentação política crítica.
- *Avaliação:* A cultura de avaliações padronizadas em larga escala (como o SAEB, Prova Brasil e ENEM), embora complexa, espelha uma lógica de eficiência, mensuração e controle de resultados, muito alinhada ao pragmatismo instrumental.
- *Gestão Escolar:* Modelos de gestão “eficiente” importados do mundo empresarial e aplicados às escolas.

Na tabela 3 fazemos um comparativo dos dois educadores em relação as suas teorias pedagógicas, no que se aproximam e se distanciam.

Tabela 3. Comparativo Dewey x Freire - Aproximações e Distanciamentosl

<i>Dimensão</i>	<i>John Dewey</i>	<i>Paulo Freire</i>
<i>Base Filosófica</i>	Pragmatismo	Dialética, fenomenologia
<i>Conceito de Educação</i>	Reconstrução da experiência	Prática da liberdade
<i>Objetivo</i>	Democracia como forma de vida	Libertação das opressões
<i>Método</i>	Investigação, solução de problemas	Diálogo, tematização geradora
<i>Papel Social</i>	Reforma social gradual	Transformação social radical
<i>Contexto</i>	Sociedade industrial democrática	Sociedade periférica e oprimida

Fonte: Elaborado pelo autor

Há, portanto, uma tensão permanente entre o ideal freiriano (presente nos discursos oficiais nos PCNs e na base filosófica de muitos projetos pedagógicos) e a prática deweyana tecnocrática (presente na estrutura e na cultura avaliativa). A educação brasileira vive esse dilema: sua alma aspira a ser freiriana, mas seu corpo estrutural ainda funciona com a lógica pragmática e adaptativa de Dewey, muitas vezes desprovida de seu ideal democrático original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica demonstra que a tese “a educação brasileira não é freiriana, é deweyana” possui sólido fundamento. O movimento da Escola Nova, encabeçado por Anísio Teixeira e os Pioneiros, foi a força motriz que reformulou a educação nacional a partir dos anos 1920, institucionalizando os princípios do pragmatismo democrático de John Dewey.

O Movimento da Escola Nova foi, portanto, a força motriz que redefiniu os contornos da educação brasileira por mais de quatro décadas. Seu grande legado foi instaurar uma nova linguagem pedagógica, centrada no aluno e na experiência,

e vincular, de forma indelével, a educação à construção da democracia. Apesar de suas limitações e do projeto ter sido interrompido, seus princípios permanecem como referência e ponto de disputa no debate educacional contemporâneo. A tensão entre seu ideal democrático e as pressões por eficiência e controle ainda ecoa nos dilemas da educação brasileira do século XXI, demonstrando a atualidade e a complexidade do projeto dos pioneiros.

Paulo Freire, por sua vez, emerge como o pensador que, partindo dessa mesma tradição, a radicalizou, transformando-a em uma potentíssima ferramenta de análise crítica e de libertação política.

Reconhecer essa genealogia não é diminuir a importância de Freire, mas sim enriquecer a compreensão sobre a complexa teia de influências que constitui a educação brasileira. É entender que muitos dos dilemas atuais são, em última instância, o reflexo dessa tensão nunca resolvida entre o projeto democrático-pragmático de Dewey e o projeto libertador de Freire. Superar essa dicotomia e construir uma síntese verdadeiramente transformadora talvez seja o maior desafio da educação brasileira no século XXI.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026

CUNHA, Marcus Vinicius. **John Dewey e Anísio Teixeira**: ensaio sobre o pensamento educacional norte-americano no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2001.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FERRARI, Márcio. John Dewey, o pensador que pôs a prática em foco. **Nova Escola**, São Paulo, 15 jul. 2008. Disponível em: <http://dev.novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-apratica-em-foco>. Acesso em: 8 abr. 2026.

Artigo *A Educação Brasileira não é Freiriana, é Deweyana: as raízes da escola nova e o pragmatismo na formação do ensino nacional (1920-1964)*

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____ **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil Alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008 – (Série Educação de Adultos; 1). Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/8b31d2f5-62e2-4d84-963f-0a4c6d9480f0/content>. Acesso em: 10 abr. 2026

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

LDB/1996 contemporânea: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/ldb1996-contemporanea-01ed14-89246-1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026

LIMA, Rita de Cássia Pereira de. Anísio Teixeira e John Dewey: reflexões sobre democracia e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHMIDT, Ireneu Aloisio. John Dewey e a Educação Para uma Sociedade Democrática. **Revista Contexto & Educação**, Ijuí, v. 24, n. 82, p. 135-154, 2009. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.82.135-154>. Acesso em: 8 abr. 2026.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

_____ **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.